



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2021
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2022 E
NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CAPELÃES MILITARES/2022

003. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS

ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Mesa farta

A alimentação, além de necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico de significados sociais. Em “A Divina Comédia”, Dante* definiu a fome como o pior desastre. Ele sabia do que falava, pois viu a Europa ser varrida pela Peste Negra no século 14. O desespero levava pessoas a comer de tudo, muitas morrendo com a boca cheia de capim. Outro crucial evento histórico, a Revolução Francesa, teria sido detonado pela falta de comida.

Nos séculos 16 e 17, os livros trazem justificativas médicas para o consumo de certos alimentos. É o caso das frutas. Antes servidas como “entradas” para acalmar o estômago, quando misturadas ao açúcar passam a sobremesas. É o momento em que o açúcar, anteriormente consumido como remédio, invade a Europa por força das exportações portuguesas. De especiaria, ele passa a aditivo de três bebidas que vão estourar na Europa: o chocolate, o café e o chá.

O café, por exemplo, era recomendado pelo médico de dom João V, rei de Portugal, por sua capacidade de “confortar a memória e alegrar o ânimo”. Os cafés se multiplicaram e se tornaram lugares onde se bebia numa verdadeira liturgia: em silêncio, entre pessoas cultas, jogando damas ou cartas.

A Europa dos séculos 16 ao 19 consumiu café, chá e chocolate acompanhados de bolos e outros doces, o que impulsionou o consumo de açúcar. Nascia, assim, a noção de gosto na culinária. Um saber sobre a cozinha se formalizava e livros especializados batiam os 300 mil exemplares.

O comer tornou-se menos encher o estômago e mais escolher segundo o gosto. Certos alimentos passaram de um nível a outro: a batata, primeiramente servida aos porcos, depois de alimentar massas de camponeses, ganhou status de alimento fino, graças às receitas do chef francês Parmentier.

Antigamente, o comer acontecia em momentos regrados e reunia pessoas em torno da mesa, com grande carga simbólica. Hoje, comemos abundante e individualmente. Nessa dinâmica, o lugar da televisão (ou celular) exerce fundamental importância. Em muitas casas e restaurantes, as pessoas comem na frente da TV, ou seja, ingerindo comida sem investimento simbólico, sem prazer de estar junto na descoberta da refeição.

Em todas as esferas da vida, encontramos metáforas alimentares: em relação ao sexo, falamos na doçura do amor, em lua de mel e, em relação aos textos e aos livros, dizemos que podem ser saboreados, digeridos. Vale lembrar que saber e sabor são palavras derivadas do mesmo radical: *sapere*, ter gosto.

(Mary Del Priore. *Aventuras na História*. Julho de 2014. Adaptado)

* Dante Alighieri, escritor italiano.

01. O texto “Mesa farta” é do tipo

- (A) expositivo e apresenta fatos históricos de forma cronológica.
- (B) expositivo e evidencia o embate entre estudiosos dos hábitos alimentares.
- (C) injuntivo e dá prioridade ao emprego de verbos no modo imperativo.
- (D) narrativo e enumera os conflitos sociais decorrentes da escassez de alimentos.
- (E) injuntivo e questiona a validade do poder curativo de certos alimentos.

02. De acordo com o conteúdo do texto, é correto afirmar que

- (A) a Revolução Francesa, também motivada pela pobreza e pela escassez de alimentos, é um acontecimento sociopolítico que permanece subestimado.
- (B) Dante, em “A Divina Comédia”, descreve a Peste Negra como uma tragédia, alegando que ela é consequência direta da distribuição desigual dos alimentos.
- (C) Dom João V, cuja saúde era precária, bebia frequentemente café adoçado com açúcar por recomendação do médico da corte.
- (D) as refeições, durante as quais as pessoas se agrupavam e saboreavam os alimentos, hoje se converteram em atos isolados e desprovidos de convivência.
- (E) alguns alimentos, antes desprezados como a batata, tornaram-se produtos consumidos exclusivamente pela nobreza europeia.

03. As expressões destacadas contribuem, respectivamente, para dar intensidade às ideias e para estabelecer relação de causa na alternativa:

- (A) ... ele passa a aditivo de três bebidas que vão **estourar** na Europa... (2º parágrafo) / ... **quando** misturadas ao açúcar passam a sobremesas. (2º parágrafo)
- (B) Ele sabia do que falava, pois viu a Europa ser **varrida** pela Peste Negra no século 14. (1º parágrafo) / ... ganhou status de alimento fino, **graças às** receitas do chef francês Parmentier. (5º parágrafo)
- (C) ... a Revolução Francesa, teria sido **detonado** pela falta de comida. (1º parágrafo) / A alimentação, **além de** necessidade biológica, é um complexo sistema simbólico... (1º parágrafo)
- (D) ... e livros especializados **batiam** os 300 mil exemplares. (4º parágrafo) / ... as pessoas comem na frente da TV, **ou seja**, ingerindo comida... (6º parágrafo)
- (E) ... menos **encher** o estômago e mais escolher segundo o gosto. (5º parágrafo) / Antes servidas **como** “entradas” para acalmar o estômago... (2º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que o trecho reescrito mantém o sentido original do texto.

- (A) “se tornaram lugares onde se bebia numa verdadeira liturgia” (3º parágrafo) → se tornaram lugares onde se bebia seguindo rituais religiosos.
- (B) “é um complexo sistema simbólico de significados sociais” (1º parágrafo) → é um esquema de prescrições sociais indecifrável.
- (C) “comemos abundante e individualmente” (6º parágrafo) → nos alimentamos com fartura porém sem qualidade nutritiva.
- (D) “encontramos metáforas alimentares” (último parágrafo) → encontramos expressões calcadas na associação com a comida.
- (E) “livros especializados batiam os 300 mil exemplares” (4º parágrafo) → livros de preços proibitivos eram vendidos em larga escala.

05. A respeito do terceiro parágrafo, é correto concluir que as aspas e os dois-pontos, respectivamente,

- (A) destacam afirmação do médico de dom João V sobre os efeitos do café; introduzem uma descrição.
- (B) destacam trecho de estudos de medicina sobre os efeitos do café; introduzem uma retificação.
- (C) destacam parecer irrefutável sobre os efeitos do café; introduzem uma suposição.
- (D) destacam frase propagandística sobre os efeitos do café; introduzem uma observação irônica.
- (E) destacam descobertas a respeito dos efeitos do café; introduzem um contra-argumento.

06. Os trechos “muitas morrendo com a boca cheia de capim” (1º parágrafo) e “o que impulsionou o consumo de açúcar” (4º parágrafo) podem ser substituídos, respectivamente e sem alteração de sentido, por:

- (A) entretanto muitas morriam com a boca cheia de capim / com o propósito de ampliar o consumo de açúcar.
- (B) embora muitas morressem com a boca cheia de capim / portanto se ampliou o consumo de açúcar.
- (C) por isso muitas morriam com a boca cheia de capim / não obstante se ampliou o consumo de açúcar.
- (D) porque muitas morreriam com a boca cheia de capim / em razão da ampliação do consumo de açúcar.
- (E) e muitas morriam com a boca cheia de capim / de sorte que se ampliou o consumo de açúcar.

07. Considere o texto.

Café, chocolate e chá tornaram-se bebidas muito apreciadas quando _____ o açúcar. Já as frutas, alguns estudiosos _____, até então, apenas um remédio; porém, associadas ao açúcar, passaram a saborosas sobremesas.

De acordo com a colocação dos pronomes e com o emprego do sinal indicativo de crase determinados pela norma-padrão, as lacunas desse texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) se adicionou a elas ... haviam considerado-as
- (B) se adicionou à elas ... haviam considerado-as
- (C) se adicionou a elas ... haviam-nas considerado
- (D) se adicionou à elas ... haviam-nas considerado
- (E) se adicionou à elas ... as haviam considerado

08. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal e nominal estabelecida pela norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) No México pré-hispânico, já se consumiam chocolate, e existiam cerimônias religiosas em que essa bebida exercia papel relevante.
- (B) Os grãos de cacau, que era tão valorizados, também serviam de moeda na hora da comercialização dos produtos.
- (C) Misturado pelos indígenas a pimenta, milho e frutas, o chocolate era utilizado cotidianamente como alimento, medicamento e afrodisíaco.
- (D) O prazer de consumir taças de chocolate, combinados a outros fatores, espalhou-se por grandes centros como Paris e Veneza.
- (E) Essa bebida, cujo sabor oscilavam entre amargo e picante, virou moda entre os espanhóis conquistadores da América.

09. Adotou-se a convenção de dividir o movimento em fases distintas, abrangendo o “bandeirismo defensivo”, o apresamento, o movimento colonizador, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas. Contudo, apesar dos pretextos e resultados variados que marcaram a trajetória das expedições, a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico.

(John M. Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*)

Para Monteiro, esse “motivo básico” das expedições dos bandeirantes foi

- (A) o acordo tácito, renovado em períodos irregulares, com as ordens religiosas para controlar os povos indígenas.
- (B) o imperativo crônico da mão de obra indígena para os empreendimentos agrícolas dos paulistas.
- (C) a busca pela ampliação constante do território colonial, sempre em acordo com as autoridades portuguesas.
- (D) o combate persistente aos invasores dos espaços coloniais, caso dos espanhóis ao Sul e dos franceses ao Norte.
- (E) a atuação de guarda-mor das terras coloniais, evitando a formação de potentados locais e destruindo os já formados.

10. Bem nas primeiras linhas da sua *História geral das guerras angolas* (1681), Cadornega, o pai da historiografia angolista, menciona o “resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana, e instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequizados se embarcam para as partes do Brasil ou para outras que têm uso católico”.

(Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Texto adaptado)

Na sua manifestação, Cadornega parece

- (A) condenar o uso das práticas religiosas para convencer as pessoas a virem trabalhar na América.
- (B) identificar o estabelecimento do tráfico negreiro como uma iniciativa que se contrapunha aos interesses das lideranças políticas africanas.
- (C) separar as dimensões econômicas, representadas pelo tráfico de escravos, da dimensão religiosa, marcada pela expansão da fé cristã.
- (D) justificar o tráfico negreiro para a América, por permitir que povos africanos fossem salvos das práticas antropofágicas e das guerras intertribais.
- (E) reconhecer a existência de incompatibilidades entre as práticas escravistas e as doutrinas essenciais do catolicismo.

11. As constantes reclamações, não só aquelas publicadas em periódicos da Corte, mas também as diversas cartas e petições enviadas para a Secretaria de Polícia da Província, informavam que os habitantes destes mocambos praticavam frequentes roubos na região, principalmente pirateando barcos, carregados de produtos, que navegavam os rios. Segundo as denúncias, os quilombolas usavam canoas – que mantinham escondidas nos manguezais dos inúmeros riachos afluentes do Iguaçu e Sarapuí – em seus assaltos e, “para evitarem os insultos dos salteadores – [quilombolas], alguns mestres daquelas lanchas têm pactuado com eles, pagando-lhes tributo de carne, farinha, etc.”. As dificuldades alegadas pelas autoridades para destruir os mocambos eram, entre outras, sua localização em regiões pantanosas de difícil acesso e a “convivência” com os quilombolas de comerciantes, taberneiros, cativos das plantações vizinhas, escravos remadores e lavradores.

(Flávio dos Santos Gomes, *Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX*. In: Flávio dos Santos Gomes e João José Reis (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*)

A partir do excerto, é correto afirmar que, em geral, as comunidades de escravos fugidos

- (A) alargaram a sua influência social por meio de uma série de estratégias voltadas a estabelecer alianças com pequenos e médios proprietários rurais, que eram auxiliados pelos quilombolas na sabotagem econômica dos grandes proprietários de terras com a organização de fugas de escravos.
- (B) desenvolveram uma forma de organização política que prescindia da presença de lideranças, cabendo ao coletivo formador do espaço de rebelião o papel de gestor da defesa e do abastecimento de alimentos e armas, que eram obtidos, essencialmente, por meio de saques em espaços urbanos.
- (C) apresentaram a tendência a um considerável isolamento, condição essencial para a sua preservação, e construíram, dessa forma, espaços autossuficientes na produção de alimentos e outros produtos básicos, como armas feitas com ferro e outros minerais já conhecidos pelos africanos.
- (D) organizaram espaços de exploração econômica, com a produção de alimentos e de algodão, matéria-prima básica para a manufatura de vestimentas rústicas direcionadas à parcela mais pobre da população, e estiveram articulados com proprietários rurais que se opunham à ordem política do Império.
- (E) tiveram, como um fator central de sobrevivência e autonomia, a sua localização geográfica, com o intuito de proteger-se contra as expedições repressoras e de permanecer em contato com áreas de cultivo, dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis circunvizinhos.

12. Nas eleições para a regência única, realizadas em abril de 1835, o Padre Feijó derrotou seu principal competidor, Holanda Cavalcanti, proprietário rural de Pernambuco. O corpo eleitoral era extremamente reduzido, somando cerca de 6 mil eleitores. Feijó recebeu 2.826 votos, e Cavalcanti, 2.251. Pouco mais de dois anos depois, em setembro de 1837, Feijó renunciou. Ele sofrera pressões do Congresso, sendo acusado de não empregar suficiente energia na repressão aos farrapos, entre cujos chefes estava um de seus primos. Nas eleições que se seguiram, triunfou Pedro Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, antigo presidente da Câmara e senhor de engenho em Pernambuco.

A vitória de Araújo Lima simbolizou o início do “regresso”.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

O “regresso” representava uma corrente política

- (A) liberal, que lutava pelo estabelecimento da autonomia política das províncias e dos municípios.
- (B) reformista, que defendia a estabilização política do Império com a aproximação entre liberais e conservadores.
- (C) progressista, que propunha a preservação e a amplificação das medidas liberais do Ato Adicional.
- (D) conservadora, que tinha o objetivo de fazer voltar a centralização política e o reforço da autoridade.
- (E) ultraconservadora, que advogava a imediata volta de Dom Pedro I ao poder.

13. Em 1983, lideranças políticas buscaram a aprovação de uma emenda constitucional que reestabelecesse o voto popular nas eleições para a presidência da República. A emenda estava formalizada no Congresso Nacional desde março daquele ano. Foi iniciativa de um deputado quase desconhecido – Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso. Tinha quinze linhas e alta probabilidade de ser arquivada, mas foi pinçada pela Executiva Nacional do PMDB. A Emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, levou à formação de uma frente suprapartidária.

(Lília Moritz Schwartz e Heloísa Murgel Starling, *Brasil: uma biografia*. Texto adaptado)

Em abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira foi

- (A) rejeitada, daí parcelas das oposições apoiaram um candidato de oposição no Colégio Eleitoral, que conseguiu, em janeiro de 1985, eleger-se.
- (B) aprovada, mas as eleições diretas valeriam apenas para o sucessor do chefe do Executivo eleito em 1985, o que de fato ocorreu com as eleições de 1989.
- (C) aprovada conjuntamente com uma reforma política, mas a primeira eleição direta para a presidência ocorreu em 1988, coincidindo com as escolhas dos deputados constituintes.
- (D) aprovada, mas com a existência de regras eleitorais rígidas, não houve a possibilidade de todos os partidos lançarem candidatos para o pleito ocorrido em 1985.
- (E) rejeitada com apoio da oposição moderada ao governo federal, havendo a apresentação de uma nova emenda constitucional propondo a realização de eleições gerais em 1986.

14. [...] a capacidade para importar não se recuperou nos anos trinta. Em 1937 ela ainda estava substancialmente abaixo do que havia sido em 1929. Em realidade, o *quantum* das importações daquele ano - bem superiores ao de qualquer outro ano do decênio – esteve 23 por cento abaixo do de 1929. A renda criada pelas exportações havia decrescido em termos reais. O *quantum* das exportações aumentara, mas, como o poder aquisitivo da unidade de exportação com respeito à unidade de importação se havia reduzido à metade, é evidente que a renda criada pelas exportações era muito inferior. O valor da produção agrícola a preços correntes havia subido de 7,5 para 7,8 bilhões de cruzeiros, não obstante a produção para exportação haver baixado de 5,5 para 4,5 bilhões. A participação das exportações como elemento formador da renda do agricultor havia decrescido, portanto, de 70 para 57 por cento.

(Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*)

A partir do contexto apresentado no excerto, é correto afirmar que o Brasil

- (A) recuperou-se lentamente dos efeitos da recessão econômica dos anos 1930 porque o Estado brasileiro manteve uma política de sustentação do preço do café.
- (B) experimentou um desenvolvimento econômico forte desde os anos 1920, baseado em exportação de café e algodão, e foi pouco afetado pelos anos de depressão econômica.
- (C) conseguiu se recuperar dos efeitos da Crise de 1929 ainda na década de 1930, principalmente em função do crescimento industrial e da produção para o mercado interno.
- (D) sentiu pouco as decorrências da Crise de 1929 porque a indústria ganhou importante impulso, nos anos 1920, com investimentos estatais voltados para a indústria de base.
- (E) teve uma difícil recuperação econômica, o que apenas ocorreu nos anos 1940, em razão das inversões de capitais públicos estadunidenses voltados para a agricultura de exportação.

15. As informações contidas no mapa representam o papel estruturador do modo de organização do território determinado pelas redes e cada vez menos centrado em malhas administrativas e políticas.



(THÉRY; MELLO, 2018, p. 16)

A partir da interpretação dos elementos do mapa e de seus conhecimentos sobre o território brasileiro, é correto dizer que a rede representada no mapa refere-se à

- (A) capacidade estimada do modelo dutoviário para o tráfego de carga.
- (B) capacidade de tráfego de veículos por dia.
- (C) malha aeroviária centrada somente em São Paulo.
- (D) malha hidrográfica com diferentes profundidades de navegação.
- (E) capacidade de carga via sistema intermodal (trem e caminhão).

16. Ao considerar a macrocompartimentação do relevo brasileiro, não se pode negligenciar sua natureza morfo-genética. A compartimentação atual tem fortes ligações genéticas com o soerguimento da plataforma sul-americana e com processos erosivos muito marcantes nas bordas das bacias sedimentares em concomitância com o soerguimento da plataforma sul-americana.

(Jurandyr Luciano Sanches Ross. *Geografia do Brasil*, 2001, p. 52. Adaptado)

O relevo brasileiro apresenta três tipos de unidades geomorfológicas, que refletem sua gênese, que são:

- (A) planaltos, processos erosivos e terrenos cristalinos.
- (B) montanhas, vales e planície costeira.
- (C) planaltos, plataforma continental e terrenos sedimentares.
- (D) intrusões, coberturas residuais e planícies.
- (E) planaltos, depressões e planícies.

17. Observe os conceitos:

- I. estabelece(m)-se sobre áreas urbanizadas, causando elevação de temperatura e desconforto térmico;
- II. responsável(is) pelo agravamento da poluição atmosférica em virtude do papel de bloqueio que exerce(m);
- III. leva(m) ao colapso a rede de escoamento, produzindo extravasamento e danos em áreas extensas.

(José Bueno Conti e Sueli Ângelo Furlan. *Geocologia: o clima, os solos e a biota*. IN: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*, 2001, p. 86-87. Adaptado)

Os conceitos apresentados nos itens I, II e III representam sequencialmente:

- (A) inversão térmica, radiação de onda longa e poluição do ar.
- (B) ilhas de calor, camada de ozônio e poluição do ar.
- (C) ilhas de calor, inversão térmica e enchentes urbanas.
- (D) radiação ultravioleta, camada de ozônio e enchentes urbanas.
- (E) inversão térmica, calmarias e enchentes urbanas.

18. Observe o mapa.

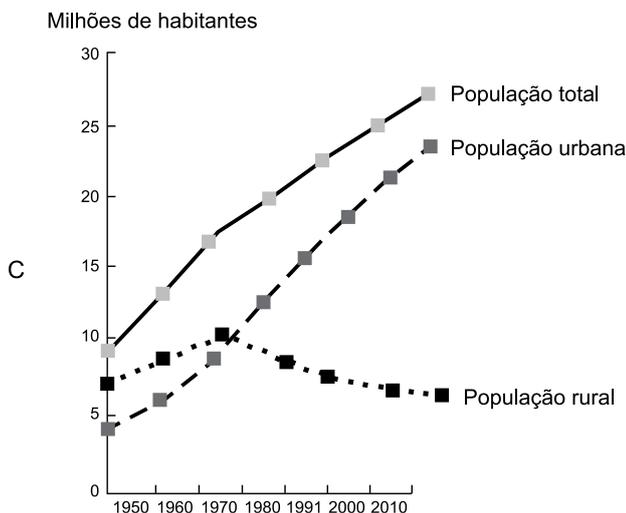
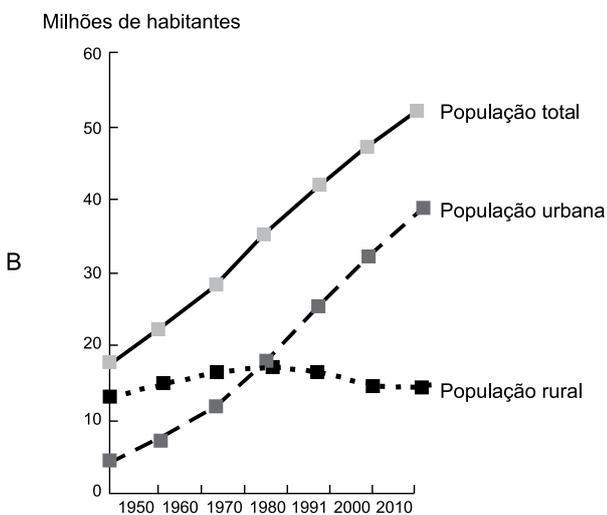
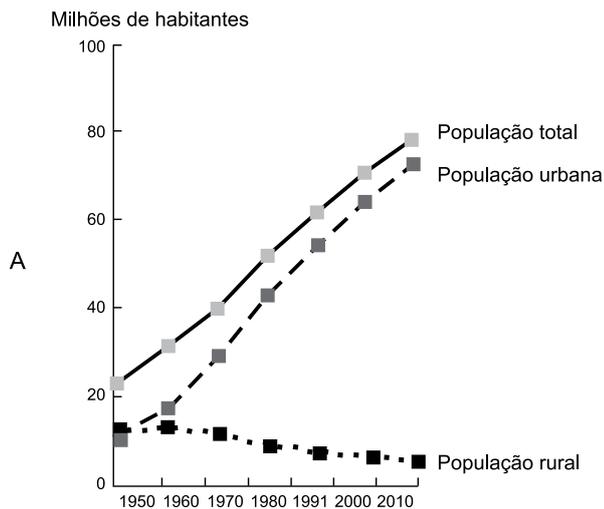


(Taioli, Fábio. *Recursos energéticos*. In: TEIXEIRA, W. et. al. (org.). *Decifrando a Terra*, 2000, p. 474)

A área indicada em branco no mapa representa um importante recurso mineral explorado no Brasil nos depósitos da Bacia do Paraná. Trata-se das reservas de

- (A) carvão mineral.
- (B) gás natural.
- (C) urânio.
- (D) petróleo.
- (E) potássio.

19. Observe os gráficos da população total, urbana e rural (em milhões de habitantes) do Brasil entre os anos de 1950 e 2010.

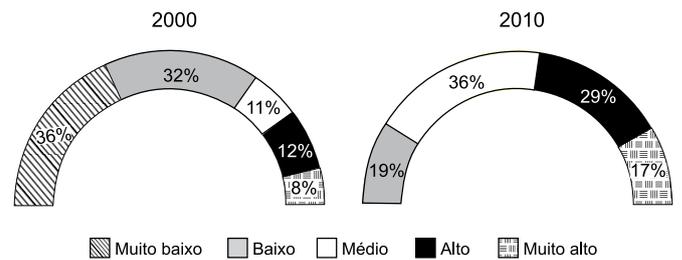


Fonte: THÉRY, H.; MELLO, N. A. Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território, 2018, p.123.

Baseando-se nos totais absolutos representados no eixo das ordenadas e na evolução temporal da população rural e urbana, é correto apontar que os gráficos A, B e C representam, respectivamente, as regiões brasileiras:

- (A) Sudeste, Nordeste e Sul.
- (B) Norte, Centro-Oeste e Sul.
- (C) Sul, Nordeste e Norte.
- (D) Sudeste, Norte e Centro-Oeste.
- (E) Nordeste, Sul e Sudeste.

20. Observe os gráficos que representam a distribuição das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) segundo as faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre o período de 2000 e 2010 para a Região Metropolitana de Natal, Rio Grande do Norte.



Fonte: PNUD, Ipea e FIP, 2014.

(Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2014, p. 68)

A análise do gráfico e a comparação entre o período de 2000 a 2010 permitem afirmar que

- (A) do ponto de vista do IDHM, é possível dizer que houve uma piora na qualidade de vida da população entre os dois anos considerados na análise.
- (B) ocorreu um acréscimo de concentração das UDHS nas faixas de menor IDHM em especial na categoria 'muito baixo' e 'baixo'.
- (C) no período estudado, há uma concentração das UDHS nas faixas mais elevadas do IDHM, com uma redução das UDHS que trazem os índices mais baixos.
- (D) a categoria de IDHM 'muito alto' indica que a faixa etária da população apresenta aumento da expectativa de vida, assim como redução do nível de escolaridade da população.
- (E) os resultados comparativos entre os dois períodos não permitem obter conclusões significativas acerca da distribuição das UDHS e tampouco sobre o IDHM.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para fins do Decreto Lei nº 200/67 e alterações posteriores, o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeira, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada é denominado de
- (A) Sociedade de economia pública.
 - (B) Sociedade de economia mista.
 - (C) Empresa pública.
 - (D) Autarquia.
 - (E) Fundação.
22. Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, assinale a alternativa que apresenta o conceito dado para anonimização.
- (A) É a transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
 - (B) É a comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos.
 - (C) É a documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais.
 - (D) É a manifestação livre do anonimato, informada e inequívoca, pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
 - (E) É a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
23. Na medida em que uma Entidade Governamental objetiva a contratação de serviços de engenharia na modalidade de convite, deverá respeitar o limite imposto pelas normas vigentes para licitação de
- (A) R\$ 150.001,00 até R\$ 200.000,00.
 - (B) até R\$ 150.000,00.
 - (C) acima de R\$ 650.000,00.
 - (D) até R\$ 1.500.000,00.
 - (E) até R\$ 650.000,00.
24. No que tange à formalização contratual, conforme a Lei nº 8.666/93, será nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração Pública, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas, feitas em regime de adiantamento conforme a referida Lei, de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite de
- (A) R\$ 80.000,00.
 - (B) R\$ 85.000,00.
 - (C) R\$ 95.000,00.
 - (D) R\$ 90.000,00.
 - (E) R\$100.000,00.
25. Com base na Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, o imposto que está incluído no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação para regime do simples nacional, é o
- (A) Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros – II.
 - (B) Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados – IE.
 - (C) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
 - (D) Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente.
 - (E) Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável.
26. Em conformidade com a Lei Federal nº 11.598/07, para fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados
- (A) pela Receita Federal do Brasil.
 - (B) pelos órgãos e entidades que compõem a Redesim, no âmbito das respectivas competências.
 - (C) pelas juntas comerciais dos respectivos estados onde está instalada a sede da pessoa jurídica.
 - (D) pelos órgãos fazendários.
 - (E) pelas centrais dos cartórios dos respectivos estados onde está instalada a sede da pessoa jurídica.

27. Sobre a Seção II da Lei de Responsabilidade Fiscal, em consonância com a Constituição Federal, determina-se que a Lei das Diretrizes Orçamentárias também disporá sobre
- equilíbrio entre receitas de capital e despesas de capital.
 - condições e exigências sobre a emissão de papel moeda com anuência do Banco Central.
 - medidas de contenção e compensação orçamentária.
 - equilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes.
 - normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
28. O administrador público, ao verificar a necessidade de desembolso de uma determinada despesa, para a qual não há dotação orçamentária específica, poderá recorrer a um crédito especial, para obtenção de recursos. Sabe-se, entretanto, que a abertura do crédito especial dependerá de recursos disponíveis. Nesse caso, consideram-se recursos, para abertura de créditos especiais, desde que não comprometidos:
- o *superavit* financeiro projetado a ser apurado em balanço patrimonial do exercício corrente.
 - o produto de operações de crédito normais, mas que juridicamente possibilite ao poder legislativo realizá-las.
 - os provenientes de operações e créditos normais de empréstimos compulsórios ou da emissão de precatórios.
 - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
 - os provenientes da média de excesso de arrecadação, dos últimos três exercícios financeiros.
29. De acordo com a Lei Orçamentária Anual, disposta no artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que todas as despesas relativas à
- dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
 - lei orçamentária poderão ser supridas de crédito adicional sem justificativa, mas apenas com autorização do Poder Legislativo.
 - lei orçamentária poderão ser supridas de crédito adicional sem justificativa.
 - lei dos orçamentos deverão ser aprovadas ao final do bimestre, observado o anexo de metas fiscais.
 - lei dos orçamentos deverão ser aprovadas em trinta dias.
30. O Princípio orçamentário estabelecido pelo *caput* do artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, que determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política, é o princípio da
- Anualidade ou periodicidade.
 - Universalidade.
 - Unidade ou totalidade.
 - Exclusividade.
 - Legalidade.
31. De acordo com a 8ª edição do *Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público*, se houver frustração da receita estimada no orçamento, deverá ser _____ e movimentação financeira, com objetivo de atingir os resultados previstos na LDO e impedir a assunção de compromissos sem respaldo financeiro, o que acarretaria uma busca de socorro no mercado financeiro, situação que implica em encargos elevados.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.
- estabelecida nova programação orçamentária
 - estabelecida limitação de empenho
 - elaborado novo orçamento
 - elaborado novo cumprimento de metas fiscais
 - elaborada nova programação de desembolsos
32. No que tange à realização de uma operação de crédito mobiliário, que corresponderá à emissão de títulos, no valor hipotético de R\$ 4.500.000,00, assinale alternativa que indica a contabilização inicial da operação.
- Para isso, considere que a natureza da informação é orçamentária.
- D: 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos 4.500.000,00.
C: 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) 4.500.000,00.
 - D: 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F) 4.500.000,00.
C: 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada 4.500.000,00.
 - D: 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) 4.500.000,00.
C: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar 4.500.000,00.
 - D: 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F) 4.500.000,00.
C: 2.1.8.4.x.xx.xx Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo (P) 4.500.000,00.
 - D: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar 4.500.000,00.
C: 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada 4.500.000,00.

- 33.** Ao final do exercício financeiro de 2020, o contador da Entidade Pública identificou que havia um valor hipotético de R\$ 15.000.000,00 de despesas que foram regularmente empenhadas no exercício, entretanto, não foram pagas. Uma vez identificadas, tais despesas serão corretamente inscritas como
- (A) Canceladas.
 - (B) Restos a pagar.
 - (C) Confirmação de empenho para o exercício seguinte.
 - (D) Créditos especiais.
 - (E) Contas a pagar de exercícios anteriores.
- 34.** O contador de uma entidade Pública Federal, que apresentou, num determinado período de apuração, uma receita corrente líquida hipotética de R\$ 500.000.000,00, necessita apresentar o valor do limite aplicável ao Ministério Público da União, conforme LC 101/00, artigo 20, quanto à repartição, na esfera federal, dos limites globais estabelecidos pela mesma Lei. Esse valor, em Reais, é:
- (A) 30.000.000,00.
 - (B) 204.500.000,00.
 - (C) 105.000.000,00.
 - (D) 60.000.000,00.
 - (E) 12.000.000,00.
- 35.** Em conformidade com o artigo 11 da Lei nº Federal 4.320/64, é correto afirmar que as Receitas se classificam nas seguintes categorias econômicas:
- (A) Receitas Correntes e Receitas Tributárias.
 - (B) Receitas Patrimoniais e Operações de Créditos.
 - (C) Receitas de Capital e Receitas de Serviços.
 - (D) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
 - (E) Receitas Patrimoniais e Receitas de Serviços.
- 36.** Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, para fins contábeis, a receita pode ser “efetiva” ou “não efetiva”. Dessa forma, podemos afirmar que Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos
- (A) foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
 - (B) não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes, como é o caso do registro em dívida ativa.
 - (C) foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações recorrentes.
 - (D) não foram precedidos de registro do reconhecimento do direito e constituem obrigações correspondentes, a exemplo do não registro do empenho.
 - (E) foram registrados como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.
- 37.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa, será acompanhada de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e, também,
- (A) de orçamento financeiro autorizado por lei no exercício em que deva entrar em vigor.
 - (B) de despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (C) de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (D) de despesa de capital derivada de lei ou medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
 - (E) de estimativa de impacto na Lei Orçamentária Anual aprovada que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período não inferior a dois exercícios.
- 38.** As Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle orçamentário estabelecem que as receitas serão contabilizadas no exercício financeiro nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas. Nesse sentido, no tocante às despesas públicas, assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil no momento do empenho da despesa orçamentária (ocorrência do fato gerador depois do empenho), sendo a natureza da informação de controle.
- (A) D: 3.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Diminutiva.
C: 2.1.x.x.x.xx.xx Passivo Circulante.
 - (B) D: 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível.
C: 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar.
 - (C) D: 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos.
C: 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho.
 - (D) D: 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação.
C: 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
 - (E) D: 8.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar.
C: 8.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação.

39. Ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil, bem como para que mais rapidamente possa aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios.
- Esse texto refere-se à característica qualitativa da informação contábil referente à
- (A) Compreensibilidade.
 - (B) Representação fidedigna.
 - (C) Verificabilidade.
 - (D) Relevância.
 - (E) Tempestividade.
40. De acordo com a Lei nº 10.180/01, controlar a dívida decorrente de operações de crédito de responsabilidade, direta e indireta, do Tesouro Nacional será de competência
- (A) dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
 - (B) do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
 - (C) da Secretaria Federal de Controle Externo.
 - (D) das unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Administração Financeira Federal.
 - (E) da Secretaria do Tesouro Nacional.
41. Uma determinada Entidade Pública decidiu adotar voluntariamente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público, seguindo, portanto, as disposições contidas na NBC-TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. De acordo com a referida norma, a Entidade deve aplicar a mudança e os ajustes decorrentes dessa adoção, retrospectivamente. Isso significa, portanto, que a entidade deve
- (A) ajustar o saldo de abertura de cada item do patrimônio líquido afetado referente ao período anterior mais antigo apresentado, bem como os saldos comparativos.
 - (B) incluir em nota explicativa, todos os critérios estabelecidos para a adoção das NBC-TSP, bem como os ajustes identificados para tanto, apenas.
 - (C) apresentar dois balanços patrimoniais comparativos, sendo um deles com os ajustes para conhecimento dos leitores.
 - (D) ajustar o patrimônio líquido utilizando da reserva de lucros/prejuízos para lançar os valores como ajustes de exercícios anteriores.
 - (E) adotar a apresentação de um balanço pró-forma com os ajustes advindos da adoção retrospectiva das políticas contábeis aplicáveis ao setor público.
42. Diante das regras estabelecidas pelas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, NBC-TSP 06 – item 8, assinale a alternativa correta sobre como pode ser a classificação e a contabilização do direito sobre propriedade mantida por arrendatário sob arrendamento mercantil operacional.
- (A) Ativo e passivo de arrendamento.
 - (B) Propriedade para investimento.
 - (C) Ativo imobilizado – bens em uso.
 - (D) Receita de arrendamento.
 - (E) Receita a realizar de arrendamento.
43. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes contábeis, classificadas segundo a natureza das informações. A natureza Patrimonial abrange as seguintes classes:
- (A) Controles de Aprovação do Planejamento e Orçamento e Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (B) Controles Devedores e Controles Credores.
 - (C) Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (D) Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.
 - (E) Ativo e Passivo, apenas.
44. No que tange à segregação das informações orçamentárias e patrimoniais, no Plano de Contas Aplicável ao Setor Público – PCASP, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam: _____ – de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.
- Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.
- (A) patrimonial, contábil e orçamentária
 - (B) contábil, financeira e patrimonial
 - (C) de controle, financeiro e orçamentária
 - (D) contábil, financeira e de compensação
 - (E) orçamentária, patrimonial e de controle

45. Um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, é definido como
- (A) ativo intangível.
 (B) ativo financeiro.
 (C) ativo contingente.
 (D) resultado de exercício futuro.
 (E) ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).
46. Quanto às despesas orçamentárias, os limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas, referem-se a:
- (A) Programação Orçamentária e Financeira.
 (B) Previsibilidade do *superavit* ou *deficit* orçamentários.
 (C) Fixação da despesa.
 (D) Empenho.
 (E) Processo de Licitação e Contratação.

47. Observe a figura a seguir.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO: _____		
(LEI Nº 4.320/64)		
		Exercício: 20XX
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos	_____	_____
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas		
Obrigações Conveniadas e outros instrumentos congêneres		
Obrigações Contratuais		
Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	_____	_____

Considerando as normas contábeis aplicáveis segundo a Lei nº 4.320/64, bem como a abordagem contábil considerada no MCASP 8ª Edição, a figura representa o quadro

- (A) de Direitos e Obrigações a realizar do Balanço Orçamentário.
 (B) de Previsão de Equilíbrio de Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial.
 (C) dos Ativos e Passivos Potenciais e Permanentes do Balanço Financeiro.
 (D) das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial.
 (E) das Variações Patrimoniais em Contrapartida de Ativos e Passivos do Balanço Orçamentário.
48. Sobre a renúncia da receita, abarcada no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o perdão da multa que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu é definido como:
- (A) Subsídio.
 (B) Anistia.
 (C) Crédito presumido.
 (D) Concessão de isenção.
 (E) Remissão.

49. Para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu capítulo V, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, é entendida por

- (A) Transferência voluntária.
- (B) Destinação de recursos públicos para o setor privado.
- (C) Transferência de recursos para investimentos.
- (D) Transferências constitucionais.
- (E) Transferência de fundo de reserva.

50. Considere o balancete de verificação em 31.12.2020 (valores hipotéticos), da Empresa Roda Presa Ltda.

Balancete de verificação – 31.12.2020 – Roda Presa Ltda.	
Contas	Valores em Reais
Estoque	33.000,00
Parcelamento de impostos de LP	-4.700,00
Fornecedores	-23.000,00
Reserva de Lucros	-7.000,00
Ativo Imobilizado, líquido	68.000,00
Ativos Intangíveis	7.600,00
Empréstimos e Financiamentos de LP	-10.260,00
Depósitos judiciais de LP	5.600,00
Bancos conta movimento	8.700,00
Salários e encargos a Pagar	-12.300,00
Caixa	2.300,00
Capital Social	-58.000,00
Despesas antecipadas	900,00
Lucros a distribuir	-9.400,00
Títulos a receber de LP	9.800,00
Impostos a recolher	-19.600,00
Contas a receber de clientes	33.600,00
Provisões passivas diversas	-12.750,00
Aplicações financeiras de curto prazo	10.550,00
Empréstimos e Financiamentos	-4.000,00
Provisão de Férias	-9.800,00
Resultado do exercício	-9.240,00

Nota: as rubricas de não circulante (LP), já estão identificadas.

Assinale a alternativa que apresenta o correto valor do capital circulante líquido da empresa, naquela data.

- (A) R\$ 5.200,00.
- (B) R\$ 7.600,00.
- (C) R\$ 440,00.
- (D) R\$ 9.240,00.
- (E) R\$ 8.040,00.

51. Considere as informações fornecidas a seguir.

Sobre as contas de resultado:

- Receitas Bruta de Venda – R\$ 400.000
- Impostos sobre vendas 20%.
- Despesas com salários – R\$ 31.000.
- Despesas administrativas – R\$ 12.000
- Despesas comerciais – R\$ 35.000
- Despesas financeiras, líquidas R\$ 7.000

Sobre a movimentação dos estoques:

- Estoques iniciais correspondem a R\$ 130.000; Compras no período correspondem a R\$ 50.000; e Estoques finais correspondem a R\$ 65.000.

Sobre os impostos diretos:

- O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido equivalem a 34%.

De acordo com os dados apresentados, o custo dos produtos vendidos do período e o lucro líquido são, respectivamente, em Reais:

- (A) 65.000/79.200.
- (B) 85.000/99.000.
- (C) 115.000/66.000.
- (D) 50.000/122.100.
- (E) 115.000/79.200.

52. Considere as movimentações contábeis entre os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, da Companhia ABC Ltda., para a preparação de uma demonstração de fluxo de caixa (DFC) – método indireto, conforme segue.

Atenção para a correta sinalização das reduções ou aumentos de valores de acordo com a metodologia de DFC.

Movimentação	Reais
Lucro líquido do exercício	165.000,00
Depreciação e amortização	22.500,00
Resultado positivo da equivalência patrimonial	87.500,00
Provisão perdas nos estoques	28.000,00
Redução com as contas a receber de clientes	64.500,00
Redução com os estoques	80.000,00
Aumento com outras contas a receber	34.500,00
Redução de fornecedores	56.500,00
Aumento de obrigações trabalhistas	34.500,00
Aumento de impostos e contribuições a recolher	29.500,00
Redução de outras contas a pagar	40.500,00
Aquisições de investimentos	87.500,00
Aquisições de imobilizado	81.500,00
Financiamentos pagos	17.000,00
Financiamentos obtidos	32.500,00

Assinale a alternativa que indica o valor, em reais, que representa o caixa líquido utilizado/obtido nas atividades operacionais.

- (A) 198.000,00.
- (B) 207.000,00.
- (C) 205.000,00.
- (D) 212.500,00.
- (E) 210.500,00.

53. Calcule a depreciação do período, encerrado em 31.12.2020, utilizando os dados fornecidos a seguir, em concordância com o pronunciamento contábil CPC-27 – Imobilizado.

Dados a serem considerados para o cálculo:

Classificação do bem: Máquinas e equipamentos.

Data de aquisição: 31 de março de 2020.

Valor de aquisição: R\$ 150.000,00.

Valor do ICMS a recuperar: R\$ 32.000,00.

Foi determinado por especialistas que valor de realização do bem ao final da vida útil é de 5% do valor bruto do bem e a vida útil estimada será de 15 anos.

O cálculo da depreciação é pelo método linear.

Forma de tributação: Lucro Real.

O valor da depreciação, em Reais, do período é:

- (A) 5.900,00.
- (B) 6.600,00.
- (C) 5.705,00.
- (D) 5.525,00.
- (E) 4.925,00.

54. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 00 (R2) e definiu Receitas como

- (A) variações nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.
- (B) aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
- (C) Reduções nos ativos, e nos passivos que resultam em aumentos no patrimônio líquido.
- (D) os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho patrimonial e financeiro da entidade.
- (E) variações nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido incluindo aqueles referentes as contribuição de detentores do capital social.

55. É o valor que a empresa fixa como meta para o próximo período para um determinado produto ou serviço, mas com a diferença de levar em conta as deficiências sabidamente existentes em termos de qualidade de materiais, mão de obra, equipamentos, fornecimento de energia e etcetera. É um valor que a empresa considera difícil de ser alcançado, mas não impossível.

O texto refere-se a:

- (A) Margem bruta.
- (B) ABC Cost.
- (C) Método RKW de custos.
- (D) Custo atribuído.
- (E) Custo padrão corrente.

56. Calcule o custo dos produtos vendidos, para o mês de dezembro de 2020, a partir dos dados das operações, que a empresa Apura Tudo Ltda., forneceu a seguir.

- Método de custeio: Absorção

Operações ocorridas durante o período de um mês findo em 31		31.03.2018
		Em Reais
Receita Líquida de Vendas		135.000,00
Aquisição de Matérias Primas		23.500,00
Frete sobre aquisição de MP		2.350,00
Gastos incorridos com Mão de Obra Direta		13.500,00
Gastos incorridos com Mão de Obra Indireta		4.800,00
Depreciação de Equipamentos Produtivos		2.300,00
Gastos Gerais de Fabricação – GGF		3.700,00
Despesas com:		–
Comercial – Salários		17.000,00
Comercial – Fretes sobre vendas		13.000,00
Comercial – Diversos		3.100,00
Administrativo - Salários		5.700,00
Administrativo Diversos		2.200,00
Saldos dos Estoques	01/12/2021	31/12/2020
Estoques de Matérias Primas (MP)	15.450,00	20.475,00
Produtos em Processo (PP)	12.600,00	10.800,00
Produtos Acabados (PA)	34.200,00	31.350,00

Assinale a alternativa que apresenta o valor correto, em Reais.

- (A) 49.775,00.
- (B) 44.350,00.
- (C) 47.160,00.
- (D) 45.745,00.
- (E) 51.030,00.

Com base em Assaf Neto (2020) e de acordo com a demonstração financeira hipotética a seguir, responda às questões de números 57 a 60.

Big Companhia Exemplo Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL			
31.12.2020		31.12.2020	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE (PC)	
Disponibilidades	R\$ 85.974,00	Fornecedores	R\$ 2.036.592,00
Aplicações de CP	R\$ 271.884,00	Outras obrigações	R\$ 999.064,00
Clientes	R\$ 2.697.213,00	Empréstimos bancários	R\$ 308.638,00
Estoques	R\$ 3.044.929,00	Duplicatas descontadas	R\$ 1.056.706,00
Total Ativo Circulante	R\$ 6.100.000,00	Total Passivo Circulante	R\$ 4.401.000,00
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE (ELP)	
Realizável a LP		Empréstimos Banco A	R\$ 1.396.937,00
Investimentos	R\$ 456.800,00	Empréstimos Banco B	R\$ 912.063,00
Imobilizado	R\$ 4.167.267,00	Total Passivo Não Circulante	R\$ 2.309.000,00
Intangível	R\$ 130.933,00		
Total Ativo Não Circulante	R\$ 4.755.000,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PL)	
		Capital Social	R\$ 3.231.397,00
		Lucro do exercício	R\$ 913.603,00
		Total do Patrimônio Líquido	R\$ 4.145.000,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 10.855.000,00	TOTAL DO PASSIVO + PATRI. LÍQUIDO	10.855.000,00

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
31-12-2020	
Receita Líquida	R\$ 15.070.575,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$ 10.876.196,36
Lucro Bruto	R\$ 4.194.378,64
Despesas Operacionais	R\$ 1.421.243,00
Receitas Operacionais	R\$ 53.752,00
Lucro Operacional	R\$ 2.826.887,64
Outras Receitas Operacionais	R\$ 25.415,00
Outras Despesas Operacionais	R\$ 1.590.422,00
Lucro Antes do IR	R\$ 1.261.880,64
IR/CSSL	R\$ 348.277,64
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 913.603,00

57. O índice de liquidez seca corresponde, em Reais, a:

- (A) 1,04.
- (B) 0,91.
- (C) 1,44.
- (D) 0,69.
- (E) 1,39.

58. Assinale a alternativa que indica o índice % do retorno sobre o Patrimônio Líquido – RSPL.

Dado: Considerar o resultado, sem a casa decimal e não aplicar o critério de arredondamento.

(A) 24%.

(B) 28%.

(C) 34%.

(D) 32%.

(E) 38%.

59. O índice de endividamento da empresa, em Reais, é

(A) 1,28.

(B) 1,44.

(C) 1,62.

(D) 1,72.

(E) 1,59.

60. Assinale a alternativa que apresenta o resultado do giro do ativo imobilizado.

Dado: Utilizar o critério de arredondamento do índice

(A) 2.

(B) 6.

(C) 4.

(D) 7.

(E) 9.

